

*“Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre^{*1}*

*Regina Horta Duarte^{**}*

*Escrever é tantas vezes lembrar-se do que nunca existiu.
Clarice Lispector (Para não esquecer, 1978).*

Publicado em 1937, *Nordeste*, de Gilberto Freyre, propôs constituir uma análise impressionista da ecologia social daquela região. O sociólogo posicionou-se frente aos debates de seu tempo sobre a construção da nacionalidade e o estabelecimento de um patrimônio nacional. Em páginas voltadas antes ao futuro do que meramente ao passado, Freyre realiza um trabalho intelectual dirigido à criação de novos rumos para a sociedade brasileira, a partir de possibilidades vislumbradas em seu passado.

Palavras-chave: Nordeste- Gilberto Freyre- Patrimônio Nacional

Impressions of Brazil in Northeast, by Gilberto Freyre

Published in 1937, the book *Northeast*, written by Gilberto Freyre, proposes an impressionistic analysis of the social ecology. The sociologist has positioned himself in the contemporary debates concerning the construction of the nation and the establishment of a national heritage. Along its pages, addressed to the future more

^{*} Artigo recebido em outubro de 2003 e aprovado para publicação em setembro de 2004.

¹ Agradecimentos: CNPq, FAPEMIG, Letícia Julião, Luiz Carlos Villalta, Ana Cláudia de Assis e membros do projeto “Coleção Brasileira: escritos e leituras da Nação (1931-1941)”.

^{**} Doutora em História, Unicamp, Prof.^a Adjunto, Dep. História UFMG. E-mail: antonior@net.em.com.br

Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 125-147

than to the past, Freyre has accomplished an intellectual work dedicated to the creation of new paths for the Brazilian society, outlined from possibilities glimpsed in its past.

Key Words: Brazil- Gilberto Freyre-National Heritage

Des Impressions du Brésil dans Nord-est, de Gilberto Freyre

Resumé: Publié en 1937, le livre Nord-est, de Gilberto Freyre, propose une analyse impressionniste de l'écologie sociale de cette région-là. En tant que sociologue, Gilberto Freyre a mené des discussions sur son temps concernant la construction de la nationalité et l'établissement d'un patrimoine national. Dans des pages tournées plutôt vers l'avenir que simplement vers le passé, Freyre met en place un travail intellectuel dédié à la création de nouvelles voies pour la société brésilienne, à partir des possibilités aperçues dans sa vie.

Mots clés : Brésil- Gilberto Freyre-Patrimoine National

Entre franciscanos e helenos: afetividade e palavra mítica

Gilberto Freyre nunca se esquecera daquela excursão a uns restos de matas virgens do sul de Pernambuco, pertencentes a um amigo. Crescido na cidade, estranhou o fato de que seu cicerone também nada sabia acerca das frondosas árvores próximas ao seu engenho, apesar de "serem elas suas conhecidas velhas desde o tempo de menino"². Mas, se elas ali estavam, presentes por toda uma vida, parecia que mal tinham sido vistas: delas não sabia sequer o nome, nem nenhuma de suas características. Foi preciso chamar um velho lavrador. Este, sim, solucionou os enigmas, nomeando as árvores e, ao mesmo tempo, contando como esta continha um leite que curava ferida brava, daquela outra se fazia um chá para febre, e assim por diante. A este amigo, Pedro Paranhos, senhor de Japaranduba e ignorante da vida a seu redor, Freyre dedicou sua obra *Nordeste*, publicada em 1937.

Talvez esta tenha sido uma das ocasiões vividas a partir de sua decisão de passar um longo tempo em contato íntimo, direto ou, como ele mesmo diria, franciscano, com a paisagem, a natureza e as pessoas diversas que habitavam aquela região. Isto não o dispensara de preocupar-se com longa

² Gilberto Freyre, *Nordeste*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 76. Ao longo do texto, as passagens desta obra serão indicadas em parênteses, representadas pela letra *N*, seguida do número da página da citação, tendo sempre como base a edição aqui mencionada.

pesquisa, na qual se dedicara a buscas em arquivos, leituras de documentos e inúmeros livros: trabalho de gabinete que não satisfez Freyre, não para este livro que queria escrever, desejoso de ousar “uma espécie de ensaio marginal”, uma obra impressionista, na qual propunha uma abordagem de ecologia social (N, p. 23). Mas certamente este evento apenas tornara mais evidente para Freyre a necessidade de posicionar-se frente a intensos debates – então presentes na sociedade brasileira e imersos na questão maior da construção da nacionalidade – sobre o estabelecimento de um patrimônio nacional.

Este debate se desdobrava, naqueles anos, em duas correntes básicas. Muitos intelectuais discutiam o estabelecimento do patrimônio histórico, com grandes argumentações em torno de quais construções deveriam ser tombadas e preservadas. Uma segunda vertente da discussão do patrimônio constituiu-se em movimentos pela preservação da natureza do Brasil, com a participação de cientistas do Museu Nacional e do Museu Paulista. As duas questões seriam privilegiadas na Constituição de novembro de 1937, certamente recolocadas a partir do viés autoritário estadonovista, no seu artigo 134, segundo o qual “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.

A escrita de *Nordeste é*, portanto, guiada pela necessidade do diálogo do autor com seus contemporâneos em torno de questões polêmicas, numa orientação pública de seu pensamento, corroborando a premissa de que Freyre “sempre dispôs sua reflexão em uma linha de *ação*, de questionamento e de intervenção nos problemas de sua época” [grifo do autor], desejoso de afastar-se de uma história “necrófila”, voltada para o estudo do passado como um fim em si mesmo³.

Seguindo esta lógica, Freyre parte do seu presente, afirmando-se impulsionado pelo desejo de sensibilizar os brasileiros para a degradação do conjunto regional do nordeste, lugar então identificado com a seca e com a imagem de uma população raquítica, acompanhada de bois e cavalos angu-

³ Ricardo Benzaquem de Araújo, *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, pp. 176, 187, 188, 200, 201, 206.

losos. Freyre destaca um outro Nordeste, de terra gorda, umidade e sombras profundas. Entre um passado de possibilidades e um presente sem lirismo, a cana-de-açúcar aparece como o fio condutor no desenrolar do drama da monocultura. É ela o elemento que surge a dinamizar uma civilização especial, rica, cosmopolita, pródiga e criadora de valores políticos, estéticos e intelectuais, como nenhuma outra em todo o Brasil. Simultaneamente, a cana parece ganhar independência, escravizando esta mesma sociedade, engolindo vorazmente suas matas, suas águas e seus homens, homogeneizando a paisagem em sucessão de canaviais, intermediados apenas por cidades cinzentas e uniformizadas em padrões europeus, destruindo as potencialidades historicamente vislumbradas. Através desta planta, a análise se delinea, considerando as relações entre a ação humana e a natureza. Mas ganham igual destaque as relações construídas entre os homens, ao forjarem a cana em elemento colonizador das extensões territoriais nordestinas, em seqüências que investigam a cana e a terra, a cana e a água, a cana e os animais, a cana e as plantas, a cana e o homem.

O autor se lança a este desafio, situando-se entre o conhecimento acadêmico e a palavra poética, entre os arquivos pesquisados, as conversas com moradores e a indagação dos sentidos das paisagens. Destas investigações surge um estudo qualificado como impressionista, completando, com a sondagem poética, a insuficiência pressentida na perspectiva científica, privilegiando a compreensão e a interpretação mais do que o rigor objetivo ou estatístico. Freyre propõe uma análise afetiva, postura advinda da percepção de seu tempo como um tempo sem lirismo. Considerando a importância de dados físicos e geográficos, salientou, citando o geógrafo Carl Sauer, como boa parte do sentido da paisagem se encontrava além da sistematização científica⁴. A sua interpretação deveria considerar muito mais que os conhecimentos naturais, deixando-se penetrar pela arte, pela filosofia e pela poesia. Daí o impressionismo que o levaria a falar de rios, de composições de solo, de animais e de vegetais a partir de valores humanos e culturais. Daí a proposta de “ver simplesmente”, deixar-se impressionar pelas paisagens, mas

⁴ Carl Sauer (1899-1975) liderou o campo da Geografia Cultural na University of Califórnia, Berkeley, onde trabalhou entre 1923 e 1954, fundando uma corrente geográfica conhecida como “Berkeley School”. Em 1925, publicou “The Morphology of Landscape”, trabalho que se faz presente nas linhas de *Nordeste*, de Freyre, dada a sua percepção de paisagens culturalmente constituídas.

também pela história de um Nordeste tão agrário como cosmopolita, num turbilhão de signos a serem decifrados.

A proposta de um estudo afetivo também se realiza no elogio de uma postura franciscana, na qual Freyre identifica a oposição ao intelectualismo, à retórica jesuítica e à arrogância dos ricos usineiros⁵. Franciscanos são sobretudo os que assumem uma visão animista e harmônica da natureza. Afetividade e franciscanismo se amalgamam no critério ecológico que fundamenta o livro. Na opção pela ecologia social, Freyre rejeitou tanto a sacralização da natureza – reificada na pátria e na nação – quanto o objetivismo sociológico. Em *Nordeste*, o estudo da natureza se mescla ao estudo da vida, da cultura e da história humana, em análises que investigam relações regionais de espaço e de alimentação. Nem fisicista, nem naturalista, Freyre afirma o desejo de privilegiar inter-relações: natureza que é expressão cultural, homem que é também natureza; região que traz no solo, na vegetação e na vida animal a marca do povo que a habita, sociedade que se constrói adaptando-se à região sempre transformada.

Somando-se a estas considerações, note-se o fato de que os franciscanos eram ainda os que ensinavam o grego, ao invés do latim, ministrado pelos jesuítas. Na proposta do drama da monocultura, em que se delineiam antagonismos em equilíbrio e tensões inconclusas, alguém poderia identificar sinais do espírito trágico, no qual nenhuma solução faz desaparecer os conflitos, nenhuma resposta suprime a interrogação, sem que se conciliem nem se ultrapassem contrários⁶. Daí sua afirmação de que nunca pretendeu “opinar diretamente sobre o que o Nordeste do Brasil deve ser” (*N*, p. 28).

A referência aos gregos não é certamente aleatória ou pouco importante nas páginas de *Nordeste*. É ao vigor da civilização helênica que Freyre compara a força da nordestina. Convida o leitor a levantar a vista dos pobres canais do Nordeste patriarcal para as oliveiras das terras onde se desenvolveu

⁵ Ricardo Araújo, *Guerra e Paz...*, *op. cit.*, pp. 77-78, 92-95.

⁶ “A lógica da tragédia consiste em jogar em dois tabuleiros, em deslizar de um sentido para outro, tomando, é claro, consciência de sua oposição, mas sem jamais renunciar a nenhum deles (...). E essa tensão, que nunca é aceita totalmente, nem suprimida inteiramente, faz da tragédia uma interrogação que não admite resposta. Na perspectiva trágica, o homem e a ação se delineiam, não como realidades que se poderiam definir ou descrever, mas como problemas. Eles se apresentam como enigmas cujo duplo sentido não pode nunca ser fixado nem esgotado”. Jean Pierre Vernant, “Tensões e ambigüidades na tragédia grega”, *Mito e tragédia na Grécia antiga*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 30.

uma sociedade “também mórbida segundo os padrões de saúde social em vigor entre os modernos” e, entretanto, “estranhamente criadora de valores (...) muito mais criadora desses valores do que as civilizações mais saudáveis que ainda se utilizam da herança grega”. Na lógica conciliadora de contrários e não conclusiva de Freyre há sinais da ambigüidade do pensamento grego em seus primórdios, presente também na língua, cujo ensino pelos franciscanos é tão valorizado pelo autor. Diferente da oposição verdade/mentira, o termo *Alétheia*, cujo sentido não se traduz pela idéia de verdade oposta ao erro, refere-se a zonas de lembrança, áreas iluminadas pelo elogio e pela memória, assim como *Lethé* não é o falso, o incorreto, mas o que permanece no silêncio, na obscuridade, esquecido. Não haveria entre os dois uma contradição, mas uma zona intermediária onde *Alétheia* desliza em direção a *Lethé*, e reciprocamente. Esta ambigüidade é a mesma que percorre as obras de Freyre, com seu talento “em aproximar visões diferentes, antagônicas até, sem dissolvê-las ou mesmo reduzir consideravelmente a sua especificidade”⁷.

Mais uma vez, o autor reafirma o caráter impressionista de seu estudo. Ele deseja “ver simplesmente”, ou seja, trazer para a luz o que foi obscurecido, iluminar esta história de um Nordeste sombreado por “figuras de homens e bichos se alongando quase em figuras de El Greco” (N, p. 41). As impressões que ele deseja iluminar seriam como signos a despertarem afetos em seus leitores: primeiro pelo impacto que esperava causar com o livro, mas também porque, ao evidenciar este outro Nordeste, acreditava dizer algo que já estava presente, como na sensação despertada pela *madeleine*, experimentada por Swann. É também este impressionismo, em um pensamento impulsionado por signos, que fundamenta uma passagem de *Casa Grande e Senzala*, em que Freyre descreve a impressão frente a velhas construções: “a gente como que se encontra (...) e se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós; não sei – Proust devia explicar isso direito”⁸.

⁷ Ricardo B. de Araújo, *Guerra e Paz...*, op. cit., p. 24. Sobre *Alétheia* e *Léthe*, ver o clássico de Marcel Detiënne, *Los maestros de la verdad en la Grecia Arcaica*. Madrid, Taurus Ediciones, 1986, pp. 33, 75-85.

⁸ Apud Ricardo B. de Araújo, *Guerra e Paz...*, op. cit., p. 187. Sobre signos, memória e conhecimento, ver Gilles Deleuze, *Proust e os signos*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987. Sobre a afeição, é possível dizer que é “una alteración de la sensibilidad o del entendimiento que puede ser producida por algo externo o puede responder a un estado preexistente del ánimo afectado”. Ferrater Mora, *Afección*, *Diccionario de Filosofía*, Barcelona, Editorial Ariel, 1994, p. 70.

Ver e tornar visível, impressionar e gerar afeição, trazer de novo à luz. Isto será realizado por Freyre a partir do recurso à oralidade, assim como um poeta grego que recitasse seus versos numa sociedade de larga tradição oral, numa palavra cantada, marcada pela eficácia, já que os poetas da Grécia arcaica, mestres da verdade – mesmo os cegos – eram capazes de ver a *Alétheia*. Daí a propriedade da análise que aponta, na oralidade auditiva, presente nas páginas escritas por Freyre, uma “narrativa adequada antes à proliferação do mítico do que à afirmação de uma interpretação de molde científico”⁹. Se isto pode ser visto negativamente, como um “jogo de prestidigitação”, uma “melodia anestesiante” ou o discurso sedutor e enganoso de uma “Xerazade tropical”, também pode ser analisado em outra perspectiva, na qual a oralidade aparece como uma forma de oposição à tradição retórica e ao vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Somada a isto, a palavra falada se justifica também por ser quase uma evocação, cujo sentido é trazer à luz o que foi obscurecido ao longo da decadência do nordeste. Para que se possa ver, é necessário retirar todos estes entes da indistinção produzida pela sombra. Distinguir, nomear, trazer à luz uma multidão de árvores, bichos e pessoas, obscurecidas pelo avanço de uma civilização homogênea, destruidora de matizes culturais e ecológicos.

Freyre se aborrecia com o fato de que muitos dos homens que viveram no Nordeste não sabiam – ou não se preocupavam em saber – o nome dos variados seres que os cercavam. Não conheciam os nomes das árvores nem das ervas, assim como dos animais silvestres. Na verdade, todos eram seres a serem evitados e dizimados: mata a ser reduzida a cinzas pelo machado e pelo fogo, abrindo espaço aos canaviais; “bichos do mato” a serem mantidos à distância, inimigos da cana, do gado, dos cavalos e, principalmente, dos homens. Neste “estado de guerra entre o homem e a mata”, temia-se a proximidade da natureza. Construíam-se casas, cujo entorno se apresentava completamente nu, com concessões para um pequeno jardim cultivado, um laranjal ou algumas touceiras de bananeira. Entretanto, logo

⁹ Luiz Costa Lima, “A versão solar do patriarcalismo: Casa-grande & Senzala”, *Aguarrás do Tempo*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989, pp. 227, 200, 233. Ver também Roberto Ventura, “A saga da cana-de-açúcar. Céu & Inferno de Gilberto Freyre”, *Mais! Folha de São Paulo*, domingo, 12 de março de 2000, pp. 16-17. É de Roberto Ventura a expressão “Xerazade Tropical”, citada a seguir. Sobre a consideração da oralidade como recurso anti-retórico, ver Ricardo B. de Araújo, *Guerra e Paz...*, *op. cit.*, p. 186.

ao cair da noite, as janelas se fechavam pelo temor de bichos, da umidade e de miasmas que os ventos poderiam trazer.

Estranha ontologia esta, que simbolicamente extinguiu os seres pela sua não nomeação, pelo esquecimento das palavras que os significavam. Animais e árvores desapareceram inicialmente no vocabulário dos conquistadores da região para, em seguida, sucumbirem à destruição pelas queimadas, ao avanço da cana, dos bois, dos cavalos e das cabras. Espécie de exorcismo às avessas, no qual a não invocação dissolvia estes seres indesejáveis em um não-ser. O espaço da mata configurava-se como um vazio, um “não-lugar”, até que o canavial lhe conferisse um estatuto ontológico.

Em sua peregrinação, Freyre se pôs a ouvir os nomes da boca de quem ainda os sabia dizer, repetindo-os ao seu leitor como se, nesta enumeração, pudesse exercer um caráter demiúrgico, instituindo-os, fazendo-os voltar à vida e à memória, passando a poderem ser vistos, distinguidos, revestidos de afeto e, portanto, preservados.

Assim, as páginas de *Nordeste* enunciam uma palavra cantada, ritmada, melodiosa, que visava, mais que enganar ou embalar, alcançar uma eficácia enunciativa, à medida que lograsse dar sentido à multidão de seres que enumerava, lançando luz sobre suas existências, ameaçadas pela escuridão do esquecimento em que caíam. Multidões de rios: Beberibe, Jaboatão, Una, Serinhaém, Tambaí, Tibiri, Pacatuba, Madalena, Curado, Maçangana, “Valha-me Deus!”, “Cá-me-vou”. Multidões de seres do rio e do mar: carapintangas, dourados, garoupas, siris, aguiúbas, vermelhos, camorins. Multidões de árvores: baraúnas, paus-d’arco, angelins, sucupiras, amarelos, visgueiros, angicos, paus-ferro. Multidões de bichos: raposas, guarás, guaxinins, cobras, morcegos, sabiás, sanhaços, curiós, almas-de-gato, pintassilgos. Mas também de negros canoeiros, jangadeiros, moças e moleques a se banharem em rios cristalinos, negros fumando maconha em períodos de intervalo nas lides do canavial, senhoras que escondiam receitas preciosas de goiabadas e doces finos, negros aquilombados, colonos prussianos, descendentes de holandeses, viajantes ingleses, senhores de engenho em comando onipotente do alto de suas montarias (“esquecidos de que eram mortais”) (N, p. 91), iaiás obesas e de dentes apodrecidos pelo consumo excessivo do açúcar, escravos e pardos a evocarem a revolta do Haiti, cabras de engenho, mucamas, negros velhos, curandeiros, amas-de-leite tapuias ou negras, reis e rainhas africanos destronados a trabalhar nos canaviais, brancos pobres, padres defen-

sores de idéias liberais e republicanas. Surgem personagens híbridos, como o senhor de engenho quase um centauro, metade homem, metade cavalo, animal que completava “seus movimentos de mando, seus gestos de galanteria, seus rompantes guerreiros”. No alto de seu dorso é que este “verdadeiro rei-nosso senhor (...) via os canaviais que não enxergava do alto da casa-grande” e “falava, gritando, aos escravos, aos trabalhadores, aos moleques do eito”. Contraposta a ele, a figura mítica do minotauro¹⁰ delinea-se no escravo unido ao boi, boi que carrega açúcar, vagaroso, sofrido, de nome e alimentação simples, glorificado nas festas populares, no bumba-meu-boi que zomba do cavalo do senhor, cheio de fitas e pródigo em medidas (N, pp. 89-91, 95-98). Todos estes personagens emergem da fertilidade assombrosa de um solo negro, viscoso, acomodatório, simultaneamente barrento e firme, condição tanto da exuberância da mata esplêndida como da fundação de uma civilização do açúcar.

A evocação deste Nordeste do passado orienta-se pelas intenções de Freyre de discutir o Nordeste e o Brasil que lhe eram contemporâneos. Toda a obra é perpassada pela reflexão sobre a decadência de uma sociedade outrora rica em sua ambigüidade e sua substituição por uma cultura e uma paisagem uniforme e padronizada. Mais de uma vez, entretanto, avisa que não propugna um retorno ao passado (N, pp. 28;150). Muito mais, sua intenção é abrir um debate sobre novas possibilidades num futuro que não despreze, entretanto, a força das criações – verdadeiras pérolas – da civilização passada do nordeste, em que Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Bahia aparecem como verdadeiras “Atenas brasileiras” (N, p. 173). Freyre, leitor de Proust, talvez também procurasse nos signos da civilização nordestina, assim como Swann, não um passado como ele realmente foi, mas como nunca tinha sido, sendo *Nordeste* uma obra, assim como a *Recherche*, “voltada para o futuro e não para o passado”¹¹, configurando as multidões, os odores, as

¹⁰ Mais uma vez, na alusão a minotauros e centauros, indicamos a importância da referência da civilização helênica arcaica para Freyre, da qual se pode ressaltar o elogio aristocrático, assim como a tradição aristocrática que o autor certamente nunca rejeitou, antes compatibilizou-a com sua visão da cultura popular nordestina, como contradições complementares, como gostar de *champagne* e caviar, mas também de arroz doce de tabuleiro de vendedora de rua. Sobre aristocracia grega, poesia e elogio aristocrático, ver Marcel Detienne, *Los maestros de la verdad...*, *op. cit.*, p. 32. Sobre *champagne* e arroz doce em Freyre, ver Ricardo B. de Araújo, *Guerra e Paz...*, *op. cit.*, p. 174.

¹¹ Como interpretado por Gilles Deleuze, *Proust e os signos*, *op. cit.*, pp. 4, 15-25, 153.

sensações, as impressões e as visões que saltam de suas páginas como signos que violentam e forçam o pensamento, em um trabalho de lembrança dirigido antes à criação do que à mera descoberta.

Das cores e dos itinerários do patrimônio

A escrita e a publicação de *Nordeste* decorrem no mesmo período de tempo entre a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1936, sua regulamentação, em janeiro de 1937 (Lei nº 378), e sua organização pelo Decreto-Lei nº 25, cerca de três semanas após a instauração do Estado Novo. O SPHAN foi criado com a finalidade de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (art. 46, Seção III, Capítulo III, Lei nº 378); estendeu a noção de patrimônio a bens móveis e imóveis, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (art. 1º, Decreto-lei nº 25)¹².

A questão do patrimônio era, entretanto, um tema em debate já há longos anos, envolvendo vários intelectuais de posturas e projetos diversos em torno da sua definição. Este movimento fizera-se sentir na atuação de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, criado em 1922 e destinado a formular uma representação da nacionalidade através da preservação da cultura material. Intelectuais como Barroso e José Mariano Filho defendiam a educação do povo no culto à tradição, numa visão ufanista do passado, propugnando uma verdadeira atitude neocolonial e a restauração de um passado esplendoroso. Mas também havia outras concepções em debate na mesma década, envolvendo o chamado grupo dos modernistas, em busca de uma cultura genuinamente brasileira. Para eles – fascinados

¹² Sobre patrimônio histórico e preservação, ver Regina Abreu, “Síndrome de Museus?” *Série encontros e estudos*, 2, Rio de Janeiro, Funarte, 1996, pp. 51-68; Leticia Julião, “Apontamentos sobre a história do museu”, *Caderno de diretrizes museológicas* 1, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, 2002, pp. 15-28; Luiz de Castro Faria, “Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia”, *A invenção do patrimônio*, Rio de Janeiro, IPHAN, 1995, pp. 27-40; Helena Bousquet Bomeny, “O patrimônio de Mário de Andrade: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil”, *A invenção do patrimônio...*, *op. cit.*, pp. 11-25; Mariza Veloso Motta Santos, “Nasce a Academia SPHAN”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996, pp. 77-95; Silvana Rubino, “O mapa do Brasil passado”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996, pp. 97-105.

com a redescoberta das obras artísticas barrocas, em viagens pelo interior do Brasil – tratava-se de resgatar o passado para construir um novo presente e um outro futuro através da releitura destes monumentos, “associando a preservação do patrimônio à construção de uma nacionalidade”, convencidos de que “o processo de construção nacional não fora ainda concluído”¹³.

Nesta atividade frenética de descobrir, viajar, recensear e tombar, que então se inicia como um movimento de passar o país a limpo, delineia-se uma luta entre diferentes valores, envolvidos numa verdadeira disputa pela hegemonia das diferentes concepções em jogo sobre patrimônio, passado/presente, história, identidade nacional, dentre outras. Na elaboração do anteprojeto do SPHAN, destacou-se a atuação de Mário de Andrade. Sua proposta privilegiava uma concepção ampla de patrimônio, pelo viés do pluralismo cultural e de “uma elástica e inesgotável capacidade de inclusão”, em um leque de quatro livros de tombos a serem adotados (arqueológico e etnográfico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas, tecnologia industrial). Entretanto, a prática do SPHAN oficializaria, nos anos que se seguiram, “uma concepção de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à idéia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais”, com o nítido predomínio da cultura barroca religiosa do século XVIII, na região do ciclo minerador¹⁴.

No Nordeste, Bahia e Pernambuco apareceram, desde os primeiros anos, como o terceiro e o quarto estados no *ranking* de tombamentos. Seguindo a tendência delineada nas decisões do SPHAN, predominou a arquitetura religiosa. Em Pernambuco, especialmente, não foram destacados edifícios públicos nem conjuntos urbanos: do século XVI foram tombadas algumas igrejas e um forte, do XVII, várias outras igrejas e poucas construções militares e urbanas. Nenhum tombamento privilegiou a área rural e, surpreendentemente, “não há engenhos no estado do autor de *Casa-grande & senzala*”¹⁵.

Na construção do patrimônio, Freyre foi uma voz dissonante. Em primeiro lugar, reivindicou para o Nordeste um papel muito maior do que lhe

¹³ Leticia Julião, *Apontamentos...*, *op. cit.*, p. 19; Mariza Souza, *Nasce a academia SPHAN...*, *op. cit.*, pp. 78-81.

¹⁴ Respectivamente, Helena Bomeny, *O patrimônio de Mário de Andrade...*, *op. cit.*, p. 18; Leticia Julião, *Apontamentos...*, *op. cit.*, p. 20. Sobre a preponderância do barroco mineiro religioso e da lógica dos ciclos econômicos na escolha dos bens a serem tombados, ver Silvana Rubino, *O mapa do Brasil passado...*, *op. cit.*

¹⁵ Silvana Rubino, *O mapa do Brasil passado...*, *op. cit.*, p. 102.

foi conferido. Por outro lado, e o mais importante, delineou uma concepção de patrimônio instigante e extemporânea.

Se os seus contemporâneos discutiam a necessidade de o Brasil preservar os sinais do seu passado, no intuito de encontrar-se consigo mesmo e consolidar a identidade nacional, para Freyre nada mais lógico do que preservar o Nordeste, aquele das terras de massapé, base física da nacionalidade inteira, onde tomou fisionomia brasileira a diversidade dos traços e dos valores portugueses, africanos e indígenas, constituindo o “Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro” (N, p. 45). Nesta busca de uma essência, dois aspectos devem ser considerados. Em primeiro lugar, Freyre deseja privilegiar o Nordeste e a força criativa dos seus “antagonismos em equilíbrio”, em detrimento de outras áreas reputadas como berço da nacionalidade. No momento de auge da valorização do barroco mineiro, configura Aleijadinho como um “mulato ressentido”, cujas criações denotavam impotência e reatividade, devedor dos valores que rejeitava, distante dos “mulatos plebeus”, estes sim capazes de protagonizar a afirmação de valores negros¹⁶. Refuta também a consideração das bandeiras e da tradição jesuítica, que associa aos paulistas, como fonte da identidade nacional, já que estas seriam vãs se, “nas manchas de terra de massapé, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras”, aprofundando as raízes agrárias do Brasil e a constituição de uma identidade que se manifestaria em movimentos como 1710, 1817 e 1824.

Em segundo lugar, o nacionalismo defendido não se referia a uma substância específica, mas a uma “maneira particularmente híbrida e plástica de combinar as mais diferentes tradições sem pretender fundi-las em uma síntese completa e definitiva”¹⁷. Freyre descarta a acusação de reduzir o Brasil ao regionalismo, já que caracteriza o Nordeste principalmente pelo seu cosmopolitismo e seu universalismo cultural. Firmá-lo como base de nossa nacionalidade significava, portanto, dar ao Brasil a abertura do mundo, capaz de abrigar tanto a diversidade de tradições culturais ali presentes, como garantir a multiplicidade de possibilidades de criação de novos valores estéticos, políticos e intelectuais. Freyre afirmava que a essência do Brasil se encontrava no Nordeste. Mas também se pode concluir, da leitura de suas

¹⁶ Ricardo B. de Araújo, *Guerra e paz...*, *op. cit.*, pp. 137, 147-149.

¹⁷ *Ibidem*, p. 137.

obras escritas nos anos 30, que esta verdade sobre o Brasil é uma verdade fragmentada entre partes que não se juntam, formando um quadro único. Antes, é uma imagem repleta de contradições; entre substâncias que se misturam, mas permanecem distintas como água e azeite, numa mescla que não se resolve em síntese e não se completa em uma totalidade; entre cores que, ao se encontrarem, não se fundem, mas preservam seu matiz. É como se o grande segredo desta essência fosse justamente não existir, sendo a nacionalidade mais profunda e densa aquela, cujo enigma é seu universalismo. No Brasil aberto à Ásia, ao Oriente, à Inglaterra, à Holanda, à Ibéria, à África, ao mundo, enfim, Freyre faz o elogio de uma nação fundada na diversidade cultural.

A perda do brilho desta sociedade se anunciaria, entretanto, na decadência do nordeste marcado pelo predomínio da influência européia sobre todas as outras, pela vitória de valores estetizantes e excludentes, com o fim dos paradoxos e dos “equilíbrios em antagonismo”. Passavam a predominar as tonalidades cinzas e pretas, consideradas refinadas, dissolvendo o colorido expressivo dos azulejos e dos casarões. Vingavam os projetos de cidades em linhas retas e jardins geométricos, em pesadelos de regularidade e simetria e extinção da anárquica e exuberante experiência colonial. Recife, antes um “verdadeiro centro de cultura intelectual e artística”, achatava-se entre uma das cidades mais inexpressivas da República, empobrecida em cores, “com os ricos morando em palacetes normandos e chalés suíços, com as igrejas velhas do tempo da colonização transformadas em igrejas góticas”.

Dos argumentos de Freyre emerge uma concepção única de preservação e patrimônio, que se refere a um patrimônio que não deve dizer do passado, mas das possibilidades do presente. Tais possibilidades residem nos guarda-louças, feitos de madeiras tropicais nobres, cujas portas se abrem para que alguém retire a porcelana de Macau ou da Índia, onde se guarda o açúcar branco e solto ou doces finos, as xícaras delicadas, nas quais se sorve o chá, pratinhos, onde são servidos quitutes finos e bolos bem feitos, de segredos culinários restritamente compartilhados entre poucas senhoras, zelosas de seus saberes (N, p. 48). Mas o passado residia também na polifonia de pianos, tocados admiravelmente, enquanto se servia o chá, nas estantes sólidas, repletas de livros europeus, nos bancos de vinháticos, feitos por mulatos de engenho ou aprendizes de franceses e alemães do Recife, nas mobílias inteiras de jacarandá, nos azulejos coloridos, nas cores variadas das pa-

redes, nos doces saborosos, dispostos nos tabuleiros das vendedoras de rua. São também multidões de objetos, construções, odores e sonoridades a emergir das páginas de *Nordeste*, signos que remetem ao passado, violentam o pensamento e o forçam à busca da essência nacional, revelada como pluralidade. Patrimônio vivo, em movimento e a ser posto em movimento no enfrentamento de uma decadência que parece entrar pela cozinha das casas, onde se come doce em lata e a comida, que antes levava o açafraão, parece agora receber cinzas.

Região a ser preservada, o Nordeste é antes de tudo lugar a ser percorrido, com calma e disposição errática para que os sentidos sejam invadidos pelas impressões que se oferecem. Aos olhos, as pias de igreja, as cores das casas, a harmonia e a simplicidade dos mocambos. Ao paladar aguçado, o bolo e o arroz doce. Ao olfato atento, o cheiro das frutas e da terra molhada. À audição arguta, os pregões dos vendedores ambulantes¹⁸. Num tempo que se perde neste perambular pelos caminhos, múltiplos signos se oferecem ao andarilho, no aprendizado de um patrimônio vivo, onde fulguram as imagens de um tempo perdido, mas cujas possibilidades não dizem apenas de um Nordeste passado, mas tal como nunca antes existiu.

Do verde estéril dos eucaliptos

Um livro escrito sob o critério ecológico. Assim *Nordeste* é apresentado por Freyre, em sua primeira edição. Trata-se, mais que isto, de uma ecologia social, sendo o homem o centro de seu interesse. Mas poderíamos dizer que personagem principal é a cana-de-açúcar, plantada em regime de monocultura e cuja história se desenrolou, no tempo e na paisagem, como um verdadeiro drama. A escolha da cana, num livro de pressupostos antropocêntricos, pode ser explicada por dois aspectos. Em primeiro lugar, falar da cana é falar do homem, já que esta gramínea, de origem asiática, foi introduzida no Brasil pelos portugueses. Seu plantio foi, pois, uma ação colonizadora, a partir da qual se constituíram relações sociais diversas e também relações específicas entre o homem e a natureza. Por outro lado, falar da cana é também falar da decadência, um dos temas principais de Freyre nos anos 30, já que a monocultura atingira um grau máximo de ação, verdadeiramente engolin-

¹⁸ *Ibidem*, pp. 170-174.

do o território nordestino, resultando em crescente devastação das matas, degradação das águas e diminuição do homem (N, pp. 17-27).

A natureza surge mesclada à vida, à cultura e à história dos homens do Nordeste que, por sua vez, são atores a enfrentar as condições desta mesma natureza no seu dia-a-dia, como condições do solo, do clima, da vegetação, da topografia, do regime de águas, da vida animal. Assim, a terra onde emergiu a sociedade nordestina foi o massapé generoso, viscoso e propício para o cultivo da gramínea invasora. Solo barrento, mas firme; acomodático e doce, oposto ao “ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões” (N, p. 42). De um regime de águas antes farto e de uma atmosfera litorânea cheia de vapor de águas, surgiu uma arquitetura especial, com as frentes das casas voltadas para os rios, com escadas descendo até as canoas e os botes, dentro dos quais o transporte era feito. Daí a existência de uma relação de intimidade e confiança, presente em hábitos como lavar ali as vasilhas e as roupas, no costume de se fazer retratar dentro dos botes, de tomar banhos de rio. Relação também decisiva para a alimentação, com a abundância do consumo de pescado, de camarões e siris. Aqueles eram rios sobre os quais corriam botes com moças raptadas por namorados, jangadas embaladas pelos braços dos negros no ritmo impressionante de suas canções. “Tudo isso ligou de uma maneira muito íntima a água, o mar, o rio à mesa e à vida da gente do Nordeste” (N, p. 63). Entretanto, as usinas transformavam os rios em verdadeiros mictórios, prostituindo-os com o lançamento de caldas fedorentas a contaminarem as águas e as suas margens, como no desastre ocorrido em 1936, quando milhares de peixes mortos boiavam no rio Goiânia, em Pernambuco, num espetáculo que “parecia uma praga do Velho Testamento” (N, p. 64).

Merecem também destaque por Freyre as relações entre os homens e os animais. Juntamente com o cultivo da cana, muitas espécies foram introduzidas, como cavalos, bois e cabras, cães, gatos e carneiros. Em torno deles, imagens que ligavam o aristocrata ao cavalo, o negro trabalhador ao boide-carga. Mas também se analisa o horror às cobras, aos morcegos, às raposas, aos guarás, vistos sempre como inimigos. Na distância estabelecida com a mata, a culinária também não se aproximou dela, sem que se desenvolvesse gosto pela caça. Na verdade, estabeleceu-se mesmo uma guerra entre o homem e a mata. Uma “devastação pelo machado se fez ao mesmo tempo que a do fogo” (N, p. 74).

Ao estender seu olhar sobre as terras do Nordeste de seu tempo, Freyre afirma parecerem “terras por onde passou um inimigo brutal”. A expressão usada para descrevê-las é “saarização”. Se as paisagens das regiões rurais se homogeneizavam em sucessão de canaviais, nas proximidades urbanas as matas úmidas eram extintas e outras tantas áreas eram invadidas por plantações de eucaliptos, então valorizados por crescerem depressa e sugarem a água dos pântanos, saneando-os e acabando com os mosquitos. Seus argumentos fundamentam-se em leituras de biólogos e agrônomos, como Samuel Hardman, Konrad Guenther e Vasconcelos Sobrinho. O eucalipto promovia a extinção de pássaros, controladores naturais de insetos, pois não era um abrigo apropriado aos ninhos dos pássaros do Brasil. Ao mesmo tempo, sugava a água do solo, secando-o gulosamente, interferindo no equilíbrio natural, diminuindo a sua umidade, alterando provavelmente o clima. O verde estéril dos eucaliptos ameaçava ainda mais a conservação das poucas regiões onde restava o negrume fértil do massapé, aprofundando agudamente a degradação provocada pelos monocultores de açúcar. Se estes eram verdadeiros “ladrões de terra”¹⁹, o eucalipto surgia como seu último e impiedoso algoz.

A implicância de Gilberto Freyre com os eucaliptos estabelecia um diálogo com uma importante discussão científica da sociedade brasileira de seu tempo. Biólogos pertencentes a instituições importantes, como Hermann Luederwaldt e Hermann von Ihering, do Museu Paulista, Alberto José de Sampaio, do Museu Nacional, e Hoehne, do Instituto Butantan, dentre outros, tinham no eucalipto um ponto especial de debate.

O eucalipto já possuía uma história antiga no território brasileiro. Em 1825, uma primeira espécie foi plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. No início da década de 1870, muitas outras mudas foram plantadas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, com fins sanitários e medicinais. Nos primórdios do século XX, entretanto, o cultivo do eucalipto passou a atender a outros objetivos e tomou outra dimensão. Em 1904, a Companhia Ferroviária Paulista empreendeu o plantio de uma reserva para extração de madeira. Várias estações experimentais foram implantadas e, nelas, testados vários tipos de árvores, com o intuito de escolher espécies produtoras de um bom tipo de lenha em tempo curto. Em 1906, o eucalipto foi apontado

¹⁹ Esta expressão é retirada, por Freyre, de um estudo de H. Bennet (*Soil Erosion, a national menace*, U.S., Department of Agriculture, 1928). Gilberto Freyre, *Nordeste*, *op. cit.*, pp. 56, 67, 77-80.

como a árvore mais apropriada para tais fins. Em 1911, o agrônomo responsável por estas pesquisas tornou-se o diretor do Serviço Florestal de São Paulo, que se converteu – nas palavras de Warren Dean – “em uma sementeira de eucalipto”, com uma produção anual média de 250 mil mudas²⁰. No mesmo ano, Ihering, diretor do Museu Paulista, publicou um artigo, alertando para o cuidado que se deveria tomar: sem desprezar a utilidade daquela árvore para a produção de lenha, propugnava o controle de limites bem precisos para seu plantio, ao mesmo tempo em que reivindicava a conservação do caráter misto e variado das matas nativas²¹. Suas palavras não tiveram repercussão suficiente, pois, a partir de então, as longas extensões dominadas pelo eucalipto se tornariam uma paisagem crescentemente comum em várias áreas do Brasil. Anos depois, outro cientista do Museu Paulista lamentava “a iminente saarização” do país, conseqüente da devastação brutal das florestas e da inútil tentativa de substituir a mata nativa, umbrosa e úmida, reguladora do clima e das águas, pelo eucalipto, a única árvore que então se plantava regularmente²².

A atuação destes cientistas dirigiu-se à idéia, bastante vigorosa já naqueles anos, de constituição de parques e reservas nacionais, áreas protegidas da ação do homem, com a desapropriação das terras e a retirada de todos os eventuais moradores. Tal ação deveria ser empreendida pelo Estado, como realmente o foi: Getúlio Vargas fundou, entre 1937 e 1939, os três primeiros parques nacionais no Brasil (Itatiaia, Serra dos Órgãos e Itaipu).

A defesa da criação de parques nacionais surgiu, porém, muito antes da decisão do Estado Novo, como prova o artigo de Hermann von Ihering, datado de 1911, em que o eminente cientista do Museu Paulista constata o avanço da devastação das matas no Brasil, propondo, entre outras ações urgentes, o estabelecimento de reservas florestais a serem mantidas como “verdadeiros santuários da flora nacional”. Posteriormente, surgiram outras vozes defendendo esta causa. Alberto Sampaio – botânico do Museu Nacio-

²⁰ Warren Dean, *A ferro e fogo – a história e a devastação da mata Atlântica brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 250-252.

²¹ Hermann von Ihering, “Devastação e conservação das matas”, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Typografia do Diário Oficial, 1911, p. 495.

²² Hermann Luederwaldt, “Algumas considerações sobre a protecção à natureza no Brasil e sobre a fauna da reserva florestal do alto da Serra de Paranapiacaba”, *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Diário Oficial, 1929, tomo XVI, p. 321.

nal e organizador do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, em 1934, no Rio de Janeiro – argumentava como nações diversas, como os EUA, a Inglaterra e a Holanda, já possuíam importantes parques, ação na qual o Brasil deveria espelhar-se para implantar milhares de reservas, dada a extensão de seu território. Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional, propôs a região entre a baía de Guanabara e o topo da Serra dos Órgãos como área a ser protegida da ação humana, mas aberta ao turismo e a instituições de pesquisa. Relembrava o apelo de André Rebouças, que, já em 1876, reclamava a necessidade de o Brasil ter seu parque nacional. O Touring Club do Brasil, em 1931, apresentou ainda um projeto para a criação, pelo governo, de seis parques em localidades diversas, como a Amazônia, Paulo Afonso, Tietê, Iguaçu, Tijuca e Vila Bela. Para Roquette-Pinto, se, em 1876, a voz de Rebouças se fizera ouvir isoladamente, nos anos 1930 havia um verdadeiro coro, bradando a urgência destas iniciativas²³.

Na prática, o estabelecimento dos parques no Brasil não privilegiou, curiosamente, a escolha de áreas realmente ainda preciosas por sua diversidade, mas sim outras, já muito afetadas pela ação humana, mas próximas de localidades urbanas e instituições de pesquisa. Certamente, buscava-se atender à necessidade de zonas recreativas para as populações urbanas, além de facilitar o acesso dos cientistas do Museu Nacional e do Jardim Botânico. Mas há ainda outro fator decisivo. Havia uma intenção pedagógica na escolha de áreas próximas ao Rio, facilmente acessíveis: garantia-se uma maior eficácia em despertar nos visitantes o sentimento de amor e pertencimento à Nação e respeito ao Estado, que, assim, se apresentava simultaneamente como o construtor da nacionalidade e seu guardião. Os parques personificavam a noção do patrimônio natural como um dos símbolos do poder nacional²⁴.

A partir do que foi exposto, é possível constatar que, ao longo de *Nordeste*, Freyre dialoga intensamente com seus contemporâneos em torno da

²³ Herman von Ihering, "Devastação e conservação...", *op. cit.*, pp. 485-500; Luederwaldt, Hermann, "Algumas considerações...", *op. cit.*, pp. 317-327; Alberto Sampaio, "Proteção à natureza no Brasil", *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, Museu Nacional/Ministério da Cultura, ano II, v. 15, dez. 1933, pp. 26-28; Edgard Roquette-Pinto, "Parques Nacionais", *Revista Nacional de Educação*, ano I, vols. 11 e 12, ago/set 1933, pp. 54-56.

²⁴ José Augusto Drummond, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Eduff, 1997, pp. 143-150; Regina Horta Duarte, "Nature and historiography in Brazil (1937-1942)", *Iberoamericana*, Berlin, vol. 3(10), pp. 23-36.

questão da devastação e da necessidade de preservação. Entretanto, se ele cita vários botânicos e suas considerações, em nenhum momento articula uma defesa de constituição de parques nacionais. O próprio autor afirmou, em prefácio à edição de 1943, ter sido fortemente criticado por conservadores, incomodados com seu tratamento naturalista e ecológico de uma questão por eles revestida de um conteúdo sagrado e corporificada na pátria ou na nação (IV, p. 26)²⁵. Mas há outro ponto mais importante para a compreensão da distância que Freyre conservou em relação ao debate sobre implantação de parques, que consiste na sua concepção das relações entre o homem e a natureza.

A constituição de parques nacionais no Brasil realmente seguiu um movimento mais amplo de seu estabelecimento em inúmeros países do mundo. Apoiava-se numa dupla novidade de percepção da natureza: em primeiro lugar, a de que ela não é inesgotável, mas certamente ameaçada pela ação humana desenfreada. Mas também se ancorava no pressuposto de uma verdadeira oposição entre o homem e a natureza que, para ser conservada, deveria estar necessariamente separada da sociedade. Assim, os parques seriam ilhas, onde a natureza poderia manifestar-se verdadeiramente, locais que os homens poderiam visitar e contemplar e onde encontrar uma natureza intocada, virgem, autêntica²⁶.

²⁵ Por outro lado, ao afirmar que esquerdistas o tinham agredido por não apresentar padrões de objetividade sociológica, ao falar em valores e poesia, Freyre provavelmente referia-se a Sérgio Milliet, “Nordeste”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, Edição do IHGSP, Vol. XXXIII, 1937, pp. 39-45. Como afirmou Monteiro Lobato, anos mais tarde, houve uma grande desconfiança em relação à obra, pois “(...) era lá possível que na tal sociologia coubessem vatapás baianos e mais coisas gostosas? (...) O tom era muito alegre, saído e pitoresco para ser ciência. (...) Nossa concepção de ciência ainda estava ligada ao ar macilento, às olheiras fundas, à magreza ascética, aos olhos cansados e exigidores de óculos fortíssimos”. Para Lobato, “Freyre ensinou ao país a *Gaia Scienza* de Nietzsche ou essa deliciosa composição que é a ciência misturada com a arte”. Monteiro Lobato, Prefácio, Diogo de Melo Meneses, *Gilberto Freyre*, notas biográficas com ilustrações, inclusive desenhos e caricaturas, Coleção Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1944, pp. 7-17.

²⁶ Antônio Carlos Diegues, *O mito moderno da natureza intocada*, São Paulo, Hucitec, 2000, pp. 23-34; Sahotra Sarkar, “Restaurando o mundo selvagem”, Antônio Carlos Diegues (Org.), *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, São Paulo, Hucitec, 2000, pp. 47-66. Atualmente, o debate sobre os parques nacionais tem sido objeto de discussão intensa e certamente sua dimensão tem aspectos historicamente diversos no período de que ora tratamos. Não é nosso propósito discutir isto neste artigo. Para este debate, ver Fábio Olmos *et al.*, “Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das ‘populações tradicionais’ à Mata Atlântica”, *Ornitologia e conservação – da ciência às estratégias*, Tubarão/Santa Catarina, 2001, pp. 279-312.

Apesar de engrossar o coro dos que denunciavam a destruição natural, causada pelas atividades desenfreadas das usinas de açúcar, Freyre delineia uma concepção de natureza muito diversa, em uma atitude, uma vez mais, extemporânea. Ao valorizar a paisagem, esclarece sua recusa a qualquer “rígido ecologismo geométrico da seita sociológica ou geográfica, segura de poder reduzir problemas de cultura e fatos humanos a fatos de física e de história natural” (N, p. 25). Afirma, contundente, o caráter antropocêntrico de seu pensamento. Simultaneamente, considera o homem como também natureza, não apenas cultura: uma vez que constrói sua vida em um ambiente regional, o homem, o grupo e a cultura humana estão sujeitas a ele. Primeiro, porque há imposições desta natureza. Em segundo lugar, porque a sociedade altera profundamente esta mesma natureza. O solo, a vegetação e a vida animal trazem a marca especial do povo que a habita. Em todos estes aspectos, Freyre encontra apoio teórico em pensadores de seu tempo, com a citação de Carl Sauer e Ratzel. Onde, então, a sua novidade?

Nordeste se organiza em capítulos que privilegiam relações: entre a cana e a terra, as águas, os animais, as plantas, os homens. A sociedade em questão constituiu uma relação com a natureza, por meio do cultivo de uma única planta através do território, modificando a paisagem, num verdadeiro imperialismo ecológico. Mas estas relações entre os homens e a natureza são apresentadas, por Freyre, como indissociáveis das relações dos homens entre si: a exploração da terra e dos animais pelos homens se constitui na dinâmica da “exploração dos homens uns pelos outros” (N, p. 25). Seria um engano interpretar a poesia das páginas desta obra como mera estetização, pois Freyre constrói uma visão política, social e histórica da natureza.

Em sua opinião, “desapareceu todo o lirismo – que, aliás, nunca fora grande, nem profundo” – entre os usineiros, os rios, as matas, os animais (N, p. 164). Como de praxe, Freyre não apresenta uma solução para o urgente problema. Entretanto, comenta largamente duas experiências de uma interação diferente com a natureza. Numa delas, refere-se à ação dos primeiros colonizadores. A ação de Duarte Coelho – “a primeira grande voz de portugueses da América, e talvez nos trópicos, a favor da mata e da árvore” – ter-se-ia pautado pelo desejo de uma organização agrícola diversa da que se estabeleceu e mesmo pela tentativa de reprimir a derrubada de matas e o extermínio de animais para venda de peles. As plantações deveriam avançar “com o mínimo de destruição da riqueza nativa” (N, p. 119). Certamente modifi-

cara a paisagem que encontrou, mas também a animou com elementos inéditos, novas cores e novas fontes de vida, num “contato fecundante do europeu com a terra virgem”: semeou árvores da Índia e da África, criou animais, encheu os rios de barcos.

Uma segunda experiência relatada é a dos quilombos, como Palmares e Catucá (PE). Os negros fugidos e estabelecidos nas florestas delas se assenhorearam através da adaptação ao meio ambiente, com o máximo aproveitamento da vida nativa, com práticas policultoras e construções harmônicas, feitas com palmas de palmeiras, “a ponto do mocambo de palha ter se tornado tão ecológico como qualquer palhoça indígena” (N, p. 81).

Se Freyre não aponta soluções diretamente para o problema da destruição da natureza, deixa entrever o pressuposto de que a preservação deveria incluir a presença humana, que era necessário construir saídas dentro de uma perspectiva em que homem e natureza não seriam separados. O fim da “guerra entre o homem e a mata” não seria alcançado pela intervenção do Estado na definição de áreas das quais os homens seriam retirados. Não há mesmo o mito de uma natureza intocada oposta à visão de uma natureza alterada pelo homem e, por isto, menos valiosa. Para Freyre, a ação do homem pode dinamizar a natureza, matizando-a, enriquecendo-a.

Pode-se perceber a atualidade desta perspectiva, passível de uma instigante releitura através de várias discussões contemporâneas. Assim, poderíamos refletir sobre a noção de sustentabilidade, sobre as críticas que têm sido feitas ao mito de uma natureza intocada, sobre os debates que apontam para a necessidade de se refletir sobre novas relações entre o homem e a natureza. Mas também podemos pensar no conceito de ecomuseu, tão importante nos debates da museologia contemporânea, no qual se privilegia a compreensão do homem em seu meio natural e cultural, assim como “a relação da população de um determinado território com sua história e com a natureza que a cerca”, numa coleção constituída por um patrimônio vivo²⁷.

Se *Nordeste* guarda, assim, uma intensa vitalidade para seu leitor do século XXI, não a possuía em menor grau para os homens dos anos 30. Freyre dialogava com seu tempo. Mantendo o tom ensaístico, não definiu soluções. Alertava, entretanto, sobre a necessidade de mudança radical das relações entre os homens e a natureza. Em sua perspectiva, uma outra mensagem se

²⁷ Leticia Julião, *Apontamentos sobre a história do museu...*, op. cit., p. 24.

apresenta vigorosa e desafiadora para os leitores de ontem e de hoje: tal alteração é impossível sem uma simultânea transformação das relações dos homens entre si, permanece como um sonho distante, se não formos capazes de reinventar nossa própria sociedade.

Do brilho das pérolas

Se enumerássemos os fantasmas que rondam nossa contemporaneidade, perceberíamos como vários deles dizem respeito à preservação biológica da espécie humana, atualmente concebida como intimamente relacionada à biodiversidade do planeta: o acirramento do efeito estufa, a crescente escassez de água doce e de outros recursos naturais, a transformação das florestas em desertos e a extinção inexorável de espécimes animais e vegetais. Não menos terrível, entretanto, apresenta-se a possibilidade de uma total homogeneização das sociedades em um mundo globalizado, com o desaparecimento da diversidade de culturas humanas. É a esta ameaça que Lévi-Strauss se referia, já em 1950 – momento em que se afirmava o modelo desenvolvimentista, propugnador de um padrão a ser alcançado por países “subdesenvolvidos” – quando criticava a tendência de ocidentalização mundial, afirmando que “a civilização implica a coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa coexistência”²⁸. Neste início de milênio, poderíamos estender esta assertiva para refletirmos sobre a possibilidade de um mundo futuro uniforme e monótono como o fim mesmo da civilização.

A relevância atual destes temas traz, ao leitor de *Nordeste*, instigantes possibilidades de interpretação e reflexão. Afinal, o autor tem como pontos básicos de discussão a homogeneização cultural do Nordeste do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e a consideração das relações intrincadas entre a perda desta diversidade cultural e a da diversidade biológica. Entretanto, se partimos do pressuposto de que ao leitor contemporâneo interessa a capacidade que a obra em questão tem de dialogar com nossas inquietações e com os problemas de nosso tempo, desejamos também evitar os perigos do anacronismo. Certamente, não podemos reler *Nordeste* com a mera projeção de nossas concepções, numa atitude francamente deformadora das

²⁸ Claude Lévi-Strauss, “Raça e História” (UNESCO, 1950), *Os pensadores: Lévi-Strauss*, 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 84.

intencões próprias da obra. Nosso esforço, ao longo do texto, foi o de considerá-la no diálogo construído com seu próprio tempo, para só então avaliarmos como continua a desafiar nossa reflexão pelas novas indagações que é capaz de acolher. Desta possibilidade de retomada viriam a maleabilidade, assim como a simultânea juventude e perenidade de certas manifestações artísticas e intelectuais, como acreditamos ser o caso de *Nordeste*²⁹.

Sem negar a violência das relações sociais na civilização nordestina, assim como seu caráter destrutivo da natureza, antes Freyre a aponta como a sociedade mais patológica das que existiram no Brasil. Dito isto, evoca as ostras que, doentes, dão pérolas. Aqui, gostaríamos de lembrar também das interpretações que tantas vezes encontram, nas obras de Freyre dos anos 30, “o germe do seu apoio ao mandonismo dos governos militares”, assim como afirmam não existir uma descontinuidade política entre o homem que escreveu *Casa-grande* e o intelectual adepto do regime autoritário pós-64³⁰. Mesmo que outras análises tenham mostrado outras chaves para a leitura das obras deste autor, tais considerações são relevantes e abordam um triste período de nossa história. Mesmo neste contexto, *Nordeste* – escrito na intersecção de pesquisas e impressões, erudição e afeto, em páginas fascinantes – poderia ser então apresentado ao leitor como mais uma pérola da civilização nordestina.

²⁹ Assim como nota Vernant em respeito à tragédia que, através da história do pensamento ocidental, abrigou diversas interpretações em que “o problema da ambigüidade no homem se deslocou, mudou de terreno e se formulou em outros termos, que não os dos trágicos gregos, o enigma da existência humana.” Jean Pierre Vernant, “Ambigüidade e reviravolta. Sobre a estrutura enigmática de ‘Édipo Rei’”, *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 137.

³⁰ Roberto Ventura, *A saga da cana-de-açúcar...*, *op. cit.*, p. 17; Luiz Costa Lima, *A versão solar do patriarcalismo...*, *op. cit.*, p. 224. Gilberto Freyre teria sido, lamentavelmente, o responsável pela denúncia, seguida da prisão de Luiz Costa Lima, como revelou Mário César Carvalho, “Céu & Inferno de Gilberto Freyre”, *Mais! Folha de São Paulo*, domingo, 12 de março de 2000, pp. 4-8. Para uma interpretação original de *Nordeste*, a partir da discussão de identidade de gênero, ver Durval Albuquerque Júnior, “Cabra macho, sim senhor! Identidade regional e identidade de gênero no nordeste”, *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. I, nº 1, jul-dez 2000, pp. 25-40.